

# *Superior Tribunal de Justiça*

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.363.843 - SP (2018/0238568-3)**

**RELATOR : MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO**  
**AGRAVANTE : RICARDO PORTELLA PERRONE**  
**ADVOGADO : ARNALDO TEBECHERANE HADDAD - SP207911**  
**AGRAVADO : WALDINA KATIA SANTANA**  
**ADVOGADO : MÔNICA GONÇALVES RODRIGUES - SP164575**

## **EMENTA**

*PROCESSUAL CIVIL (CPC/2015). AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AGRAVO CONHECIDO. RECURSO ESPECIAL. ALEGADA DESERÇÃO DA APELAÇÃO POR AUSÊNCIA DE PREPARO. BOA-FÉ DA APELANTE. DESERÇÃO AFASTADA. INOVAÇÃO RECURSAL. INEXISTENTE NA HIPÓTESE. ERRO MÉDICO. ALEGAÇÃO DE AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO DE CULPA. REVISÃO DO ENTENDIMENTO. IMPOSSIBILIDADE NO CASO. SÚMULA 07/STJ. AGRAVO CONHECIDO PARA CONHECER PARCIALMENTE DO RECURSO ESPECIAL E NEGAR-LHE PROVIMENTO, COM MAJORAÇÃO DE HONORÁRIOS*

## **DECISÃO**

Vistos etc.

Trata-se de agravo em recurso especial interposto por RICARDO PORTELLA PERRONE em face de decisão que inadmitiu recurso especial manejado contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo assim ementado:

*RESPONSABILIDADE CIVIL. ERRO MÉDICO. 1. Preliminar de deserção afastada. 2. Preliminar de inovação recursal. Existência de pedido de danos morais decorrentes da cirurgia de abdômen na exordial. Contraditório pleno acerca da questão. Sentença que se, equivocou ao não apreciar o pedido. Preliminar afastada. 3. Danos decorrentes da cirurgia de abdômen. Laudo Pericial que constatou anormalidade no surgimento de seromas persistentes com necessidade de drenagens múltiplas, que apenas foram solucionados na terceira cirurgia realizada por outro médico. Técnica deficiente do réu evidenciada. Conclusões imprecisas da perícia que se deram pela falta dos documentos médicos, que*

# *Superior Tribunal de Justiça*

*se deram pela falta dos documentos médicos, que, por responsabilidade profissional, deveriam ter sido mantidos e trazidos aos autos pelo réu, devendo o fato atuar em seu desfavor. Verificados danos morais oriundos dos incômodos e dores decorrentes dos seromas, necessidade de drenagens múltiplas ao longo de vários meses após a primeira e segunda cirurgias e necessidade de realização da segunda e terceiras cirurgias. Condenação devida. 4. Danos decorrentes da cirurgia de pálpebras. Laudo pericial que afastou nexo de causalidade dos problemas com a cirurgia realizada. Danos morais e/ou estéticos não verificados. 5. Recurso parcialmente provido. (e-STJ, fl. 420)*

Opostos embargos de declaração (e-STJ, fls. 433-442), os quais foram rejeitados (e-STJ, fls. 450-454).

Nas razões do recurso especial (e-STJ, fls. 457-478), a recorrente aponta violação aos artigos 264, 511, *caput*, 519, parágrafo único do Código de Processo Civil de 1973 e ainda o artigo 14, § 4º, do Código de Defesa do Consumidor.

Sustenta, essencialmente, que (i) “*preparo deve ser comprovado simultaneamente à interposição do recurso, devendo a deserção ser decretada de ofício e imediatamente*” (e-STJ, fl. 469); que (ii) “*a exordial reclama danos por alegados erros nas cirurgias de pálpebras da recorrida, mas o seu recurso de apelação se remete à cirurgia de abdômen*” (e-STJ, fl. 474), bem como (iii) “*o v. acórdão recorrido condenou o médico recorrente, sem demonstração inequívoca de culpa profissional de sua parte*” (e-STJ, fl. 475).

Contrarrazões apresentadas, às fls. 375-388 e-STJ.

Sobreveio juízo negativo de admissibilidade do Tribunal de origem (e-STJ, fls. 495-496), o que ensejou a interposição do presente agravo.

Foram impugnados os fundamentos da decisão que inadmitiu o recurso especial.

É o breve relatório.

Passo a decidir.

Inicialmente, registre-se que o recurso em análise foi interposto contra

# Superior Tribunal de Justiça

decisão publicada na vigência do Novo Código de Processo Civil, de forma que o juízo de admissibilidade do presente recurso será realizado com base nas normas do CPC/2015, conforme Enunciado Administrativo nº 3/STJ.

Ato contínuo, verifico que a irresignação não merece prosperar.

No que tange a alegação de que há deserção por conta da ausência de preparo no momento da interposição do recurso de apelação, considerando as peculiaridades do caso concreto, quais sejam: (i) na petição inicial a autora, ora agravada, pleiteou pela gratuidade da justiça (e-STJ, fl. 2) que foi concedida pelo juiz de direito na sentença (e-STJ, fl. 356); (ii) foi emitida certidão pelo Tribunal *a quo*, declarando que as custas da apelação não foram recolhidas em razão da apelante possuir os benefícios da assistência gratuita (e-STJ, fl. 368); (iii) posteriormente, foi emitida certidão retificadora, informando a revogação dos benefícios da gratuidade da justiça (e-STJ, fl. 371), e um despacho concedendo um prazo de 05 dias para que fosse feito o recolhimento das custas da apelação (e-STJ, fl. 372); (iv) a agravada prontamente pagou as custas da apelação, conforme demonstra o comprovante de pagamento contido nos autos (e-STJ, fls. 391-392); e, pautando-se no princípio da boa-fé processual, impor a deserção neste caso configuraria excesso de formalismo.

Nesse sentido, a Corte Especial já decidiu que *deve sempre ser prestigiada a boa-fé do recorrente, isto é, deve-se partir da presunção de que as partes litigantes se comportarão de forma leal*. Eis a ementa do acórdão:

**PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA EM RECURSO ESPECIAL. PORTE DE REMESSA E RETORNO. GRU. NÚMERO DE REFERÊNCIA. AUSÊNCIA. JUNTADA DA GUIA ORIGINAL. DIVERGÊNCIA DEMONSTRADA. DESERÇÃO AFASTADA. PRECEDENTE DA CORTE ESPECIAL: EREsp 781.135/DF, DJe 20/05/2015. EMBARGOS ACOLHIDOS. 1. Procedente os embargos de divergência o qual na análise da regularidade da guia de recolhimento do preparo recursal não considerou a juntada do documento GRU original. 2. Reconhecido que, ainda que não indicado o número do processo, o valor do porte e remessa foram recolhidos aos**

# *Superior Tribunal de Justiça*

*cofres do Estado, o objetivo foi cumprido.*

**3. Deve sempre ser prestigiada a boa-fé do recorrente, isto é, deve-se partir da presunção de que as partes litigantes se comportarão de forma leal** **4. Embargos de divergência acolhidos.**

*(EREsp 808.143/DF, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, CORTE ESPECIAL, julgado em 02/08/2017, DJe 10/08/2017)*

Em caso análogo, restou decidido por esta Turma Julgadora que *deve ser homenageada a tutela da confiança como corolário da boa-fé objetiva no caso concreto, não se podendo determinar, na hipótese da lide, a deserção na medida em que o juízo de primeiro grau, ao oportunizar a correção do vício de admissibilidade recursal, gerou na parte a legítima expectativa de que sua apelação seria admitida caso recolhesse as custas, conforme anteriormente determinado.*

Eis a ementa:

**DIREITO CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. RECURSO MANEJADO SOB A ÉGIDE DO NCPC APELAÇÃO. NÃO RECOLHIMENTO DE CUSTAS. DETERMINAÇÃO DE EMENDA. DECISÃO POSTERIOR, DO MESMO JUÍZO, RECONHECENDO A DESERÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. PRECLUSÃO PRO JUDICATO. MATÉRIA DE ORDEM PÚBLICA. POSSIBILIDADE. TUTELA DA BOA-FÉ PROCESSUAL. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO.**

**1. Aplicabilidade do NCPC ao caso concreto ante os termos do Enunciado Administrativo nº 3 aprovado pelo Plenário do STJ na sessão de 9/3/2016: Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC.**

**2. Ainda que as matérias de ordem pública, como a deserção, não estejam sujeitas, em princípio, à preclusão, se já decididas não podem ser reexaminadas pelo mesmo juiz, pois configurada a preclusão pro judicato, segundo a qual, nenhum juiz decidirá novamente as questões já decididas, relativas à mesma lide (art. 471 do CPC/73).**

**3. Deve ser homenageada a tutela da confiança como corolário da boa-fé objetiva no caso concreto, não se podendo determinar, na hipótese da lide, a deserção na medida em que o juízo de primeiro grau, ao oportunizar a**

# *Superior Tribunal de Justiça*

***correção do vício de admissibilidade recursal, gerou na parte a legítima expectativa de que sua apelação seria admitida caso recolhesse as custas, conforme anteriormente determinado.***

***4. Agravo interno não provido.***

***(AgInt no REsp 1576743/SP, Rel. Ministro MOURA RIBEIRO, TERCEIRA TURMA, julgado em 18/05/2017, DJe 30/05/2017)***

Desse modo, a alegação de deserção do recurso de apelação não deve ser acolhida.

Outrossim, quanto à alegação de ocorrência de inovação recursal, não assiste razão ao recorrente, tendo em vista que na exordial, a autora relata detalhadamente sobre a cirurgia de abdome, pedindo, inclusive, pelo ressarcimento do valor que pagou pelo procedimento.

Vejamos os seguintes trechos da petição inicial:

*“Voltando à Clínica no prazo designado, havia se formado uma coleção de líquidos em seu abdome, e o ora Réu providenciou a aspiração dos mesmos - por volta de 200 ml. -, procurando tranquilizar a Autora, sob o argumento de que aquele acúmulo era normal e esperado em procedimentos abdominais invasivos.*

*(...)*

*Surpresa e indignada, a Autora determinou ao médico, então, que cessasse com as aspirações, haja vista que, com a repetição daquele procedimento, haveria sério risco de infecção, pois aquelas eram efetuadas por intermédio de agulhas, introduzidas duas a tres vezes por semana em seu abdome. E isto sem se contar o sofrimento causado, pois o procedimento é doloroso. E mais as faltas ao trabalho, a perda de tempo, o constrangimento, o fato de não conseguir descansar normalmente em virtude das sequelas em sua visão, etc.*

*Em conclusão desta primeira etapa da verdadeira 'via crucis' suportada pela Autora, a cirurgia - claramente de resultados garantidos - revelou-se um verdadeiro fiasco, deixando no abdome da paciente uma grosseira e antiestética cicatriz, mais o sério problemas nos olhos, tornando todo o sofrimento suportado sem qualquer sentido. ” (e-STJ, fls. 5-6)*

Nesse sentindo, o Tribunal de origem concluiu que:

*“a inicial traz descrição completa e extensa de diversas*

# *Superior Tribunal de Justiça*

*intempéries que teria passado em virtude do erro médico do apelado ao realizar as cirurgias de abdômen e procedimentos que se seguiram, havendo pedido de indenização pelos danos morais decorrentes desse caminho até que se chegasse ao resultado satisfatório.” (e-STJ, fl. 424)*

Portanto, inexistiu inovação recursal se o pedido constou na inicial.

Com efeito, no tocante a alegação de ausência de demonstração de culpa do profissional, o Tribunal *a quo*, após exame do conjunto fático-probatório acostado aos autos, assentou que:

*“Assim, há responsabilidade do apelado pelos danos morais oriundos dos incômodos e dores decorrentes dos seromas, necessidade de drenagens múltiplas ao longo de vários meses após a primeira e segunda cirurgias e necessidade de realização da segunda e terceira cirurgia, essas duas últimas para reparação de sequelas da primeira.” (e-STJ, fl. 426)*

Dessa forma, para acolher as alegações do recorrente e afastar as premissas assentadas pelo Tribunal de origem no que concerne à responsabilidade do recorrente seria necessário revolver o arcabouço fático-probatório dos autos, o que se mostra inviável na via especial, a teor do preconizado pela Súmula 07/STJ.

Na mesma linha, o julgado a seguir:

**AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO INDEVIDA. DANOS MORAIS. RESPONSABILIDADE. SÚMULA 7 DO STJ. VALOR DA INDENIZAÇÃO. SÚMULA 7 DO STJ. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL. NÃO-CARACTERIZADA. FALTA DE SIMILITUDE FÁTICA.**

**1. O acolhimento da pretensão recursal quanto à responsabilidade cível pelo fato danoso demandaria o reexame de fatos e provas, o que encontra óbice na Súmula 7/STJ.**

**2. Nos termos da jurisprudência consolidada no Superior Tribunal de Justiça, a revisão de indenização por danos morais só é possível em recurso especial quando o valor fixado nas instâncias locais for exorbitante ou ínfimo, de modo a afrontar os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade. Ausentes tais hipóteses, incide a Súmula n. 7 do STJ, a impedir o conhecimento do recurso.**

# *Superior Tribunal de Justiça*

3. Ainda quanto ao valor da indenização por danos morais, observa-se que é inviável a sua análise pela divergência jurisprudencial, uma vez que os acórdãos confrontados sempre serão distintos quanto ao aspecto subjetivo, não obstante as semelhanças externas e objetivas.

*Precedentes.*

4. Agravo regimental a que se nega provimento.

(AgRg no AREsp 832.125/PR, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 03/03/2016, DJe 21/03/2016) (Grifos nossos)

Por fim, considerando que o presente recurso foi interposto na vigência do Código de Processo Civil de 2015 (Enunciado administrativo nº 7/STJ), majoro os honorários recursais, anteriormente fixados em 10% (e-STJ, fl. 430), para 12% sobre o valor da condenação, a serem suportados exclusivamente pela parte recorrente, em acréscimo àqueles da sucumbência do caso, nos termos do § 11 do art. 85 do Código de Processo Civil de 2015.

**Ante o exposto, conheço do agravo para conhecer parcialmente do recurso especial e, nesta extensão, negar-lhe provimento, com majoração dos honorários.**

Intimem-se.

Brasília (DF), 08 de outubro de 2019.

MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO  
Relator